



GUATAPAR

JUNTOS SOMOS MAIS FORTES

DECRETO N.  1.072/2011 – De 29 de julho de 2011.

REGULAMENTA O ARTIGO 62 DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N 078, DE 09 DE JUNHO DE 2010, DISPONDO SOBRE A CRIAAO, FORMA DE CONSTITUIAO E ATRIBUIOES DA COMISSAO PERMANENTE DE GESTAO DA CARREIRA (CGPC), NO ÂMBITO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇAO, CULTURA, ESPORTES E LAZER E D OUTRAS PROVIDENCIAS.

SAMIR REDONDO SOUTO, Prefeito Municipal de Guatapar, Estado de São Paulo, usando de suas atribuioes legais;

DECRETA:

CAPÍTULO I
DISPOSIOES PRELIMINARES
Seao I
Da Criaao e Composiao

Art. 1. Atendendo ao disposto no artigo 62 da Lei Complementar n 078, de 09 de junho de 2011, fica criada a Comissao Permanente de Gestao da Carreira - CPGC, no âmbito da Secretaria Municipal de Educaçao, Cultura, Esportes e Lazer, presidida pelo Secretário Municipal da Educaçao e composta pelos representantes dos segmentos da Educaçao a saber:

- I – 01 (um) representante da categoria dos Professores de Educaçao Infantil (PEB I - EI);**
- II – 01 (um) representante da categoria dos Professores de Educaçao Básica I (PEB I);**
- III – 01 (um) representante da categoria dos Professores de Educaçao Básica II (PEB II);**
- IV – 01 (um) representante da categoria de Suporte Pedagógico;**

V – 01 (um) representante do Conselho Municipal de Educaçao;

VI – o Secretario Municipal de Educaçao, na funao de presidente da Comissao.

§ 1º. A CPGC atuará com autonomia em relaao aos conselhos e demais órgãos colegiados existentes no âmbito da Secretaria Municipal de Educaçao.

§ 2º. Todas as atividades realizadas em funao da CPGC, convocadas fora da jornada regular do integrante, serão remuneradas como hora-atividade ou compensada na mesma proporao, a critério da administraao.

§ 3º. O membro da CPGC que não integrar o quadro de profissional permanente do Município não fará jus a qualquer remuneraao por sua atuaao.

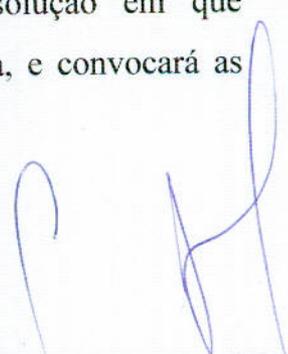
§ 4º. A forma de composiao, duraao do mandato de seus membros, a dinâmica de funcionamento e a especificaao de atribuioes da CPGC serão objetos desta regulamentaao.

Seao II **Da Eleiao**

Art. 2º. A CPGC, composta nos termos do artigo 1º deste Decreto, terá seus integrantes democraticamente eleitos pelos membros de sua categoria ou órgão colegiado de origem, através de eleiao direta com escrutínio secreto realizado pela Secretaria Municipal de Educaçao, Cultura, Esportes e Lazer.

Parágrafo nico. Faltando 30 (trinta) dias para o término do mandato, o Secretario Municipal de Educaçao, Cultura, Esportes e Lazer expedirá resoluao em que determinar prazo para a inscriao dos interessados de cada categoria, e convocará as eleioes.

Art. 3º. São requisitos para a candidatura  CGPC:



I – Para representar a categoria dos Professores de Educao Infantil (PEB I - EI), Professores de Educao Básica I (PEB I), e Professores de Educao Básica II (PEB II), ser empregado público efetivo do Quadro do Magistério Municipal;

II – Para representar a categoria dos Especialistas em Educao, estar ocupando posto de trabalho ou cargo comissionado da Classe de Suporte Pedagógico há, no mínimo 6 (seis) meses, considerados na data da posse;

III – Para representar o Conselho Municipal de Educao, integrar o órgão colegiado.

 1. Havendo consenso, o Conselho Municipal de Educao poderá deixar de realizar eleies, indicando seu representante diretamente  Secretaria Municipal de Educao, Cultura, Esportes e Lazer fornecendo, para tanto, fotocópia da ata onde houver registrado a escolha, no mesmo prazo consignado para as eleies.

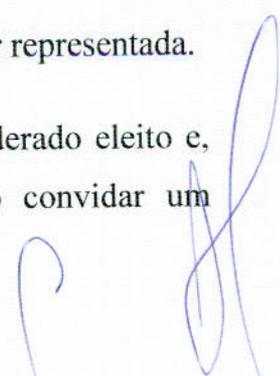
 2. Não havendo candidatos nem representante indicado pelo Conselho Municipal de Educao, assumir o encargo junto  CPGC o membro indicado pelo presidente em exercício do órgão colegiado.

Art. 4. O registro das candidaturas será proferido após deliberao do Presidente da CPGC, que analisar unicamente o preenchimento dos requisitos tratados no artigo 3 deste Decreto.

 1. Havendo impugnao  candidatura, caberá  CPGC deliberar sobre sua confirmao ou nulidade, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

 2. Não haverá número máximo de candidaturas para cada categoria a ser representada.

 3. Havendo um só candidato para representar a categoria, será considerado eleito e, não havendo candidatura, poderão os membros da gestão em curso convidar um integrante da categoria respectiva para assumir o posto.



Art. 5º. Por ocasião da convocao das eleies, o Secretário Municipal disporá sobre o local, data e horário de votao.

Art. 6º. Apurados os eleitos, a CPGC registrar o resultado em ata, dando posse aos eleitos no primeiro dia posterior ao encerramento de seu mandato.

Seo III

Do Mandado, do Afastamento e da Substituio de Representantes

Art. 7º. O mandado da CPGC será de 3 (três) anos, podendo seu integrante ser reconduzido uma só vez, por igual período.

Art. 8º. Um integrante da CPGC poderá ser afastado nas seguintes condies:

I - a pedido do mandatrio;

II - pela ineficiência ou desídia reiterada;

III - com o término do seu mandato.

§ 1º. Na hipótese do inciso I deste artigo, o pedido de afastamento poderá ser por prazo determinado, limitado a 6 (seis) meses, ou definitivo, caso em que deverá ser fundamentado.

§ 2º. Havendo ineficiência ou desídia reiterada, esta deve ser reconhecida pela CPGC, com registro em ata própria, em votao direta e aberta, por maioria simples.

§ 3º. Afastado um integrante, substituir o segundo mais votado, e assim sucessivamente, até que, esgotada a relao dos classificados, seja aberta nova eleio, segundo as regras tratadas na Seo II deste Capítulo.

§ 4º. Caso o integrante da CPGC venha a ter modificada a sua categoria em razão de exonerao, assuno de novo emprego ou designao para posto de trabalho ou cargo

em comissão, impossibilitando-o de representar a categoria pela qual foi eleito, deverá ele ser afastado e substituído nos moldes do parágrafo 3 deste artigo.

CAPÍTULO II
DAS ATRIBUIOES, COMPETÊNCIAS E FUNCIONAMENTO
Seo I
Das Atribuioes e Competências

Art. 9.  CPGC compete:

I – Estabelecer o formato e aplicar a avaliao de Estágio Probatório, emitindo parecer opinativo sobre a efetivao do servidor avaliado, na forma de regulamento próprio a ser baixado pelo Chefe do Poder Executivo, após deliberao desta comissão.

II – Deliberar sobre a evoluo funcional pela via acadmica quando provocada pelo servidor interessado, analisando a idoneidade formal e adequao da declarao, certificado de conclusão ou diploma de titulao apresentados, em conformidade com o Estatuto e Plano de Carreira e Remunerao do Magistério Público Municipal – Lei Complementar Municipal n 078, de 09 de junho de 2010.

III – Estabelecer o formato e aplicar a avaliao de desempenho para deliberao sobre a evoluo funcional pela via não acadmica, quando provocada pelo servidor interessado, analisando os fatores indicadores de crescimento comprovados, na forma do Estatuto e Plano de Carreira e Remunerao do Magistério Público Municipal – Lei Complementar Municipal n 078, de 09 de junho de 2010 e de regulamento próprio.

IV – Analisar e emitir parecer sobre a validade e o reconhecimento de ao de qualificao profissional ou formao continuada, através da análise do conteúdo programático ou programa, dos dados da instituio promotora, carga horária e sistemáticas de avaliao de aproveitamento e certificao, sempre que submetidas  sua apreciao por servidor interessado, para fins de avaliao de desempenho, ou para credenciamento de instituio promotora.

V – Analisar e emitir parecer nos recursos ou requerimentos administrativos de integrantes do Quadro do Magistério.

VI – Apresentar  Secretaria Municipal de Educao, Cultura, Esportes e Lazer sob a forma de requerimento ou ofício especial, as reivindicaes ou quaisquer outros relatos relevantes, oriundos das categorias representadas.

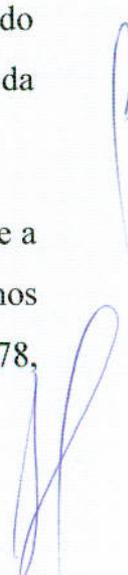
VII – outras deliberaes, pareceres, análises, ou aes correlatas, a pedido do Secretário Municipal de Educao, do Conselho Municipal de Educao ou do Chefe do Executivo.

 1. Os pareceres opinativos da CPGC não vinculam a decisão da Secretaria Municipal de Educao Cultura, Esportes e Lazer e/ou do Chefe do Poder Executivo quanto  efetivao de servidor público em estágio probatório ou nomeao de servidor para posto de trabalho ou cargo comissionado da Classe de Suporte Pedagógico.

 2. Das decisões da CPGC caberá recurso endereçado ao Chefe do Poder Executivo, que decidirá, após parecer do Secretário Municipal de Educao e/ou da assessoria jurídica, quando necessário.

 3. Aos integrantes da CPGC  vedado comentar, dar divulgao ou, de qualquer modo, dar informao sobre os trabalhos e decisões deliberadas no âmbito das reuniões da Comissão. Tais informaes somente chegarão ao conhecimento do interessado ou do público em geral através da ata da reunião respectiva, assinada por todos os membros da CPGC, com as justificativas das ausências que houver.

Parágrafo nico. A infrao ao que determina o caput deste artigo enseja sano sobre a qual deliberará a própria CPGC, de acordo com a gravidade do ato infracional, nos termos do Capítulo XIV – Do Regime Disciplinar, Lei Complementar Municipal n 078, de 09 de junho de 2010.



Seção II

Do Funcionamento

Art. 10. A CPGC se reunirá a cada dois meses, sempre na terceira semana do mês, em dia, local e horário a serem designados no ato de convoco, assinado pelo Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Lazer.

§ 1. Independentemente da elaboração de calendário anual, com a previsão das datas de reunião, para cada uma haverá ato de convoco que conter a pauta dos trabalhos, com a descrição sumária dos assuntos a ser deliberados pelos membros.

§ 2. A convoco ocorrerá com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis, poderá se dar por escrito ou por comunicação oral.

Art. 11. Os assuntos da pauta de trabalhos serão deliberados por votação direta, aberta, registrada em ata, prevalecendo a decisão ou opção apontada pela maioria simples de votos.

§ 1. O presidente da CPGC somente votar quando houver empate entre os demais membros da comissão.

§ 2. O quórum mínimo para deliberação pela CPGC  de metade de seus integrantes, computado o presidente.

Art. 12. Quando houver em pauta assunto que interesse diretamente a qualquer dos membros da CPGC, este deverá se ausentar da reunião por ocasião da discussão do assunto, registrando-se em ata a sua retirada.

Parágrafo nico. Entende-se por assunto de interesse direto do integrante da CPGC aquele que verse sobre sua evolução funcional, sua avaliação de desempenho, julgamento de recurso administrativo por ele interposto ou qualquer outro que diga respeito  sua condição de servidor de carreira vinculado ao Quadro do Magistério Público de Guatapar.

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIOES FINAIS

Art. 13. A CPGC registrar seus atos de modo concentrado, em um único livro de atas, que será aberto e encerrado pelo presidente da comissão, numerando e rubricando todas as suas laudas no verso e anverso.

Parágrafo nico. O presidente da CPGC incumbirá um dos membros da comissão do registro de atas no livro próprio, cabendo a todos os membros assiná-las ao final.

Art. 14. O presidente da CPGC em exercício  competente para dar posse aos membros, o que será registrado em ata própria no livro atas de que trata o artigo 13 deste decreto.

Art. 15. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicao, e seus efeitos retroagem  10 de junho de 2010.

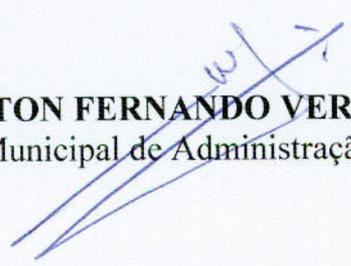
PAÇO MUNICIPAL LUIZ BORBA MOURA, AOS VINTE E NOVE DIAS DO MÊS DE JULHO DE DOIS MIL E ONZE.



SAMIR REDONDO SOUTO

Prefeito

REGISTRADO EM LIVRO PRÓPRIO ARQUIVADO JUNTO  SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAO E FINANÇAS E PUBLICADO NA FORMA DA LEGISLAO EM VIGOR.



WELITON FERNANDO VERONEZI

Secretário Municipal de Administrao e Finanças